



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Ciências Econômicas

**Ensaio sobre crescimento econômico: Uma análise comparativa
Brasil e Coreia do Sul (1960-1985)**

Ana Gabriela de Moura Delgado

Brasília – DF

2024

Ana Gabriela de Moura Delgado

Ensaio sobre crescimento econômico: Uma análise comparativa Brasil e Coreia do Sul
(1960-1985)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Professor Orientador: Dr Carlos Alberto Ramos.

Brasília – DF

2024

Ana Gabriela de Moura Delgado

**Ensaio sobre crescimento econômico: Uma análise comparativa Brasil e Coreia do Sul
(1960-1985)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data da apresentação: 06/09/2024

Prof. Dr Carlos Alberto Ramos – UnB
Orientador

Prof^a. Dr^a. Daniela Freddo – UnB
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Concluir a graduação em Ciências Econômicas é a realização de um sonho. Agradeço a Deus por essa conquista, por estar sempre à frente dos meus sonhos e objetivos. Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Neide, ao meu pai, Romenil, e à minha irmã, Ana Júlia, pelo apoio e incentivo ao longo desses anos. Agradeço também à minha tia Deisiane e à minha madrinha, Cristiane, por sempre acreditarem em mim e me incentivarem. Um agradecimento especial à minha companheira de graduação, Laryssa Silva Rufino, por tudo; iniciamos esse sonho juntas e estamos concluindo juntas. Passamos por vários desafios e momentos difíceis, mas conseguimos, e eu não teria alcançado essa meta sem o seu apoio. Agradeço ao professor Carlos Alberto por aceitar ser meu orientador nessa última etapa da graduação. Muito obrigada pela paciência e orientação.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal analisar as políticas econômicas adotadas pelo Brasil e pela Coreia do Sul entre 1960 e 1985. Este período é marcado pela presença de regimes militares em ambos os países, porém, as estratégias econômicas adotadas foram distintas em ambos os países. Enquanto o Brasil utilizava da política de substituição de importações a Coreia adotou uma política de diversificação das exportações e abertura da economia. Portanto, busca-se destacar as diferenças entre as estratégias adotadas por cada país e o impacto econômico resultante de tais estratégias. Serão utilizados dados para analisar essas diferenças e avaliar qual país obteve melhores resultados.

Palavras-chave: Brasil. Coreia do Sul. PSI. Abertura econômica.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the economic policies adopted by Brazil and South Korea between 1960 and 1985. This period is marked by the presence of military regimes in both countries; however, the economic strategies adopted were different in each country. While Brazil implemented an import substitution policy, South Korea adopted a policy of export diversification and economic openness. Therefore, this study seeks to highlight the differences between the strategies adopted by each country and the resulting economic impact of these strategies. Data will be used to analyze these differences and evaluate which country achieved better results.

Keywords: Brazil. South Korea. Import Substitution. Economic Openness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação taxa de crescimento do PIB: Coreia do Sul x Brasil (1961-2021)	17
Gráfico 2: Variação percentual do PIB brasileiro (1961-1985)	20
Gráfico 3: Variação percentual do PIB coreano (1961-1985)	23
Gráfico 4: Comparação da Abertura Econômica: Brasil x Coreia do Sul (1960-1985)	25
Gráfico 5: Importações de Bens e Serviços Brasil x Coreia do Sul (1960-1990)	26
Gráfico 6: Exportações de Bens e Serviços Brasil x Coreia do Sul (1960-1990)	26
Gráfico 7: Evolução da Formação Bruta Capital Fixo Brasil x Coreia do Sul (1970-1990)	27

SUMÁRIO

Capítulo 1	8
INTRODUÇÃO	8
Capítulo 2	10
GRAU DE ABERTURA E CRESCIMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS	10
2.1 Política Econômica	10
2.2 Teorias clássicas sobre o crescimento econômico	11
2.3 Grau de abertura econômica	12
2.4 Fatores que impactam o crescimento econômico	13
2.4.1 Fluxos dos fatores de produção	13
2.4.2 Fluxos Internacionais de bens	13
2.4.3 Fluxo de tecnologias	14
2.5 Política de Substituição de importações	14
2.6 Modelo de Solow	14
Capítulo 3	16
DESEMPENHO ECONÔMICO DO BRASIL E COREIA DO SUL: CENÁRIO E ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	16
3.1 Políticas econômicas adotadas Pelo Brasil	17
3.2 Políticas econômicas adotadas pela Coreia do Sul	21
3.3 Taxa de Abertura da economia Coreana e Brasileira	24
3.4 Taxa de Importação e Exportação da economia Coreana e Brasileira	25
3.5 Análise da Formação Bruta de Capital Fixo na economia Coreana e Brasileira	27
Capítulo 4	28
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE INVESTIMENTO E POUPANÇA: BRASIL E COREIA DO SUL (1960-1985)	28
4.1 Taxas de Poupança (1960-1985)	28
4.1.1 Brasil	28
4.1.2 Coreia do Sul	29
4.2 Taxas de Investimento (1960-1985)	30
4.2.1 Brasil	30
4.2.2 Coreia do Sul	32
4.4 Investimentos em educação	33
4.4.1 Coreia do Sul: Investimento em educação como prioridade	33
4.4.2 Brasil: Limitações no Investimento em Educação	34

Capítulo 4	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

O estudo das causas do crescimento econômico de uma nação é um debate que sempre está sendo feito entre economistas desde o surgimento da economia como uma ciência. Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), Solow (1850) em suas teorias, têm um objetivo em comum: procuram entender e explicar o que determina o crescimento econômico de uma nação, quais são os fatores que impulsionam o crescimento e o porquê algumas conseguem sustentar elevadas taxas de crescimento por alguns períodos enquanto outras ficam estagnadas. Entre 1960 e 1985, tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul estavam passando por um período de regime militar e tiveram bons resultados econômicos.

Eram considerados países em desenvolvimento, no entanto, suas trajetórias de crescimento foram diferentes. O Brasil experimentou altas taxas de crescimento até meados da década de 70, seguido por uma crise de dívida na década de 1980, enquanto a Coreia do Sul passou por processo de industrialização e modernização que resultou em um crescimento econômico acelerado e sustentável no longo prazo.

Atualmente, a Coreia do Sul é um dos poucos exemplos de um país que era pobre e que através das políticas de abertura econômica, conseguiu se transformar em uma economia tecnológica e potência mundial. Na década de 1950-60, a situação econômica Brasil era melhor que a Coreia do Sul, porém, o país não conseguiu sustentar o mesmo ritmo de desenvolvimento e atualmente é considerado uma economia subdesenvolvida. Portanto, torna-se interessante o estudo e a análise comparativa desses dois países, pois permite explorar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Coreia do Sul e os motivos pelos quais o Brasil não alcançou o mesmo nível no longo prazo.

Desse modo, a presente monografia tem por objetivo fazer uma análise das principais políticas econômicas que contribuíram para o desenvolvimento econômico do Brasil e Coreia do Sul entre os anos de 1960-1985, através da análise das políticas econômicas adotadas com o auxílio de dados. A escolha deste período se dá principalmente pela possibilidade de analisar dois modelos de crescimento distintos: um mais voltado para estratégia de substituição de importações, que é o caso do Brasil, e o outro focado na exportação e a abertura da economia, que é o caso da Coreia do Sul.

A monografia está dividida em quatro partes: O segundo capítulo aborda quais são os aspectos teóricos do crescimento econômico e abertura externa; o terceiro capítulo apresenta um panorama da situação econômica e realiza uma análise das principais variáveis macroeconômicas; o quarto capítulo analisa as taxas de poupança e investimento e seus impactos nas economias de ambos os países; por fim, o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais da monografia.

Capítulo 2

GRAU DE ABERTURA E CRESCIMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Política Econômica

Os determinantes do crescimento econômico de um país estão vinculados principalmente as políticas econômicas em são utilizadas pelos governantes. Como resultado, cada nação busca implementar uma que esteja alinhada às suas características e circunstâncias, e assim, essa busca pode envolver a escolha entre abertura ou fechamento da economia ao comércio externo.

Segundo o economista Rodrik (2007, p. 4) "As políticas de crescimento adequadas são quase sempre específicas do contexto¹". Países que optam pelo sistema de economia fechada tendem a ter a produção e consumo voltados para o mercado interno, tendo pouca interação com outras nações, pois o principal objetivo é o desenvolvimento da indústria local, sendo considerados países com características mais protecionistas. Em contrapartida, em um sistema de economia aberta, as transações de bens e serviços com o exterior são mais fluidas sendo mais comum a interação entre os países.

O que determina a escolha de qual estratégia utilizar vai depender de vários fatores econômicos e políticos que o levam a tomar tal decisão. Rodrik (2007, p. 56) explica que "Políticas que funcionam maravilhosamente em alguns lugares podem ter efeitos fracos, não intencionais ou negativos em outros. Isso requer uma abordagem de reforma muito mais contingente ao ambiente econômico.²" Ou seja, o fracasso ou sucesso de uma política vai depender do ambiente na qual ela é implementada.

Um país que possui economia aberta é caracterizado por ter interações econômicas de seus bens e serviços com outras nações. O grau de abertura de um país pode ser determinado por fatores políticos ou econômicos, e tal medida é influenciada e dependente das intenções governamentais, assim como a situação política e/ou econômica global.

Segundo Weil (2013), algumas indústrias podem manter restrições comerciais por causa da forma como os custos e benefícios da política comercial são distribuídos. No sentido de que, enquanto alguns setores são beneficiados com a abertura econômica outros podem ser

prejudicados, o que fortalece a tese dos que defendem a adoção de políticas de economia fechada com base no estímulo à produção interna, com o intuito de preservar empregos e salários, bem como proteger a economia nacional.

2.2 Teorias clássicas sobre o crescimento econômico

O comércio internacional é um tema frequentemente abordado por economistas. O trabalho de Adam Smith (1776) é um dos primeiros a tratar desse assunto em "A riqueza das nações". Dentre os assuntos abordados o livre comércio é um dos destaques, onde é explicada a importância do comércio internacional. Smith (1776) faz críticas ao protecionismo e defende o livre comércio, pois acredita que impacta positivamente o aumento da produtividade, especialização e a expansão dos mercados, permitindo que os países se especializem em atividades produtivas nas quais possuem vantagens comparativas beneficiando ambas as economias.

David Ricardo (1817) em seu trabalho, defende a teoria das vantagens comparativas como um meio de potencializar eficiência produtiva e promover o comércio internacional através da especialização em um bem ou serviço. Segundo essa teoria é mais vantajoso para um país se especializar na produção que possui maior vantagem comparativa em relação a outros países. Essa especialização permite o uso mais eficiente dos recursos produtivos e aumenta a produtividade, resultando em benefícios tanto para o país em questão quanto para seus parceiros comerciais no âmbito internacional.

Existe outra corrente de pensamento que defende a economia fechada como meio de desenvolvimento econômico. Alexander Hamilton (1791) defendia que os países que estavam em estágio inicial de desenvolvimento das indústrias domésticas precisavam se proteger das estrangeiras para que as nacionais pudessem se desenvolver e se tornarem mais competitivas. Segundo Friedrich List (1841) para que as empresas domésticas pudessem se desenvolver e competir com as estrangeiras, o protecionismo temporário seria uma boa solução.

Deste modo, o estudo da importância da abertura econômica tem sido objeto de análise desde os primórdios do campo de estudo da economia. Para compreender os impactos dessas teorias no crescimento econômico é importante analisar o grau de abertura de uma economia, assim como entender os efeitos das políticas adotadas na interação com o comércio internacional.

2.3 Grau de abertura econômica

Segundo Weil (2013), mesmo que os países estejam abertos os bens ou fatores não necessariamente fluem entre esses países. Sendo assim, o grau de abertura deve ser calculado através de um conjunto de variáveis que estão de acordo com a estrutura desta economia. Conforme explica Weil (2013), em uma economia fechada ao comércio internacional sua produção é determinada pela interação de estoques de fatores de produção (capital físico, capital humano e trabalho) acumulados, juntamente com o nível de produtividade.

Essa interação pode ocorrer de duas formas: por meio do comércio e do fluxo de fatores de produção. Weil (2013) destaca que embora essas duas formas de interação sejam utilizadas para determinar o grau de abertura de um país, é importante diferenciar elas na análise dos aspectos internacionais do crescimento econômico, no sentido de que, um país pode estar aberto ao comércio permitindo a interação de bens e serviços, mas ao mesmo tempo pode restringir ou limitar o fluxo de fatores de produção estrangeiros como uma forma de proteger sua economia.

Países que têm um grau de abertura maior ao comércio internacional geralmente possuem fluxos mais intensos de bens e serviços sendo exportados e importados. Weil (2013), destaca que uma das formas de medir o grau de abertura pode ser calculando a quantidade de bens e fatores que fluem entre os países através de transações comerciais e movimentos dos fatores produtivos. Essa forma de medição permite obter uma ideia da interação de um país com relação a outras nações.

Chang, Kaltani e Loayza (2009) explicam que o impacto da abertura comercial no crescimento pode ter a influência de outras variáveis estruturais que geralmente não são observadas quando se fala de comércio, como educação e investimento. Dessa forma, os autores citam que os efeitos do crescimento da abertura podem ser melhorados se as variáveis estruturais passarem a ser observadas e melhoradas.

Faleiros e Alves (2014) questionam se o grau de especialização em importações e exportações podem influenciar no impacto da abertura comercial e na diferença da renda per capita entre as nações. Os autores utilizam como base o modelo de painel com transição suave para 110 países, e, após a realização dos testes concluíram que o grau de especialização possui influência e que “quando uma economia possui uma pauta de exportação mais diversificada, o impacto é sempre positivo e significativo” (Faleiros e Alves, 2014, p. 18). Ressaltam que, bens que são altamente ricos em tecnologia são os melhores para serem destinados à exportação, sendo necessário ampliar o grau de diversificação.

2.4 Fatores que impactam o crescimento econômico

Conforme mencionado anteriormente, todos os países são abertos ao comércio internacional, variando apenas o grau de abertura, uma vez que as nações não se restringem ao consumo exclusivo de bens e serviços produzidos internamente. Diante disso, é importante compreender e analisar alguns fatores relacionados ao comércio, os quais desempenham papéis importantes na economia.

2.4.1 Fluxos dos fatores de produção

Os fluxos dos fatores de produção estão ligados à produtividade, tanto de agentes econômicos (capital físico, que representa as habilidades e a força de trabalho) quanto aos setores da economia (equipamentos, máquinas, infraestrutura), sendo essencial para a produção de bens e serviços, o que impacta o fluxo internacional dos bens.

Portanto, o capital acaba sendo flexível. Sua movimentação é livre de um setor para outro, porém, é importante destacar que, embora o capital possa ser realocado entre os setores, tal flexibilidade vai depender de outros fatores que impactam a economia, como investimento, níveis de capacitação técnica, tecnologia, custos de transporte.

2.4.2 Fluxos Internacionais de bens

O fluxo internacional de bens é a comercialização dos bens e serviços produzidos por uma economia influenciado pela demanda de mercados estrangeiros sendo favorecido pelo processo de globalização. Portanto, quanto mais aberto for o país ao comércio internacional, mais ele poderá se beneficiar das oportunidades do mercado mundial.

Weil (2013) destaca que existem duas forças principais que impulsionam o fluxo internacional de bens. A primeira está relacionada ao custo de transporte, uma vez que o avanço tecnológico tem possibilitado meios mais eficientes de transporte de mercadorias. A segunda é a transmissão de informações, que, devido ao avanço tecnológico, tornou-se mais ágil e de fácil

acesso, contribuindo para a dispersão do comércio e o investimento em capital, tornando esses fluxos mais intensos.

2.4.3 Fluxo de tecnologias

A tecnologia tem se tornado uma ferramenta cada vez mais essencial para aumentar a produtividade da produção. Para o alcance desses resultados é necessário investimentos em inovação, capital humano e políticas econômicas adequadas, ou seja, a abertura econômica em si não é suficiente para gerar tais avanços. Portanto é necessária a existência de condições favoráveis que possibilite tais investimentos e promovam um ambiente propício ao desenvolvimento e à implementação de práticas inovadoras.

2.5 Política de Substituição de importações

A política de substituição de importação é uma estratégia de industrialização que pode ser usada pelos países para promover o crescimento econômico, e tem por principal objetivo estimular a produção interna de uma economia através de políticas que restringem mais as importações e incentiva mais a indústria doméstica através de políticas internas para o desenvolvimento e crescimento da economia. Considerada uma estratégia de industrialização interna, o desenvolvimento da PSI permite que haja uma acumulação de capitais internos que podem gerar na economia do país, um desenvolvimento auto-sustentável.

2.6 Modelo de Solow

O modelo de Solow é um dos mais importantes e influentes modelos teóricos para o estudo do crescimento econômico. Desenvolvido por Robert Solow em 1956, tem por objetivo

analisar o que determina o crescimento econômico no longo prazo através da análise de variáveis econômicas.

Solow (1956) descreve o modelo como sendo de longo prazo, em que parte da produção é consumida e a outra é poupada e investida. A taxa de produção é determinada por $Y(t)$. O que é poupado é representado por s , que irá determinar a taxa de poupança representada por $sY(t)$. O estoque de capital é $K(t)$ e o investimento líquido, que é a taxa do aumento de estoque de capital é dado por \dot{K} . Portanto:

$$(1) \dot{K} = sY$$

Ou seja, a taxa de acumulação de capital é diretamente proporcional à taxa de poupança e ao nível de produção na economia. A produção é influenciada pelo capital (k) e pelo trabalho (L), em que a taxa de entrada é $L(t)$ ¹ (Solow, 1956, p. 66), que é a taxa de crescimento da população disponível para o trabalho. Portanto, a função produção é determinada por:

$$(2) Y = F(K, L)$$

Essa função de produção pode variar de acordo com o contexto em que for inserida e qual o objetivo do modelo que está sendo analisado. A função (2) descreve como a combinação dos fatores de produção, capital e trabalho, gera a produção total da economia (PIB).

Neste modelo clássico a tecnologia é uma variável exógena que afeta positivamente a produtividade dos fatores de produção. Um aumento no estoque de capital influencia na capacidade de produção, pois a economia está tendo insumos para a produção de bens e serviços.

Já um aumento na força de trabalho diz respeito a mais trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, fazendo com que a capacidade produtiva seja ampliada. Sendo assim, quanto mais capital por trabalhador, maior está sendo os ganhos dos setores produtivos da economia, porém, o produto que é gerado tende a diminuir na mesma medida em que há um aumento do capital por trabalhador.

Conforme a equação (1) $\dot{K} = sY$, **processo** de acumulação do capital é dado por:

$$(3) \dot{K} = sY - dK, \text{ em que:}$$

¹ Output is produced with the help of two factors of production, capital and labor, whose rate of input is $L(t)$.

\dot{K} = Estoque de capital

sY = Poupança/Investimento total realizado

dK = Depreciação do capital

A equação mostra como o estoque de capital da economia se altera ao longo do tempo de acordo com a diferença entre o investimento realizado e a depreciação ocorrida. Essa equação permite que seja analisado como que o investimento, poupança e a depreciação influenciam o crescimento do estoque de capital de uma economia, e como que esses fatores influenciam o crescimento econômico no longo prazo.

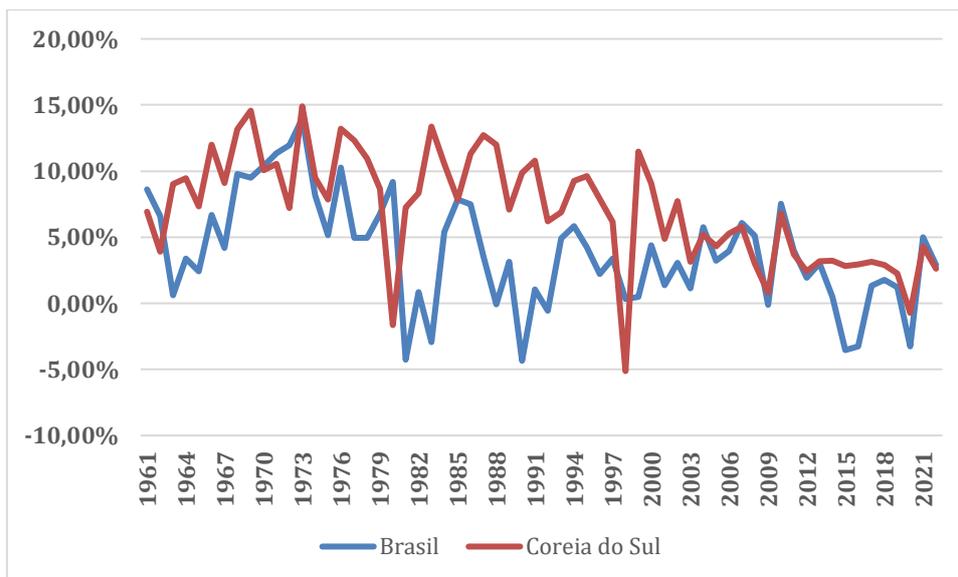
Em suma, essas são as duas equações principais. O modelo de Solow enfatiza a importância da taxa de investimento que depende da taxa de poupança. Como previamente discutido, o crescimento econômico é sustentado pela acumulação de capital, que é influenciado pela taxa de poupança.

Capítulo 3

DESEMPENHO ECONÔMICO DO BRASIL E COREIA DO SUL: CENÁRIO E ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Entre 1960 e 1985 tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul tiveram um notável crescimento econômico o qual caracterizou-se por um substancial aumento na capacidade produtiva da indústria. As políticas econômicas adotadas ao longo deste período, mesmo tendo algumas estratégias distintas, foram importantes e determinante para o resultado que ambos os países obtiveram. No caso coreano, no longo prazo, os resultados econômicos obtidos transparecem e influenciam até os dias atuais. No caso brasileiro o crescimento não foi tão contínuo, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Comparação taxa de crescimento do PIB: Coreia do Sul x Brasil (1961-2021)



Fonte: Banco Mundial - Adaptado pelo autor

Desta forma, ao longo o objetivo é analisar as principais políticas econômicas adotadas por ambos os países, inicialmente pelo caso brasileiro, com uma breve descrição do cenário econômico entre 1960 e 1985 seguida pela mesma análise para a Coreia do Sul.

3.1 Políticas econômicas adotadas Pelo Brasil

A política de substituição de importações foi implementada no Brasil durante meados da década de 1930. A partir deste momento, a PSI surgiu como uma alternativa considerável para o país, pois buscava diminuir a dependência de produtos estrangeiros, incentivando a produção doméstica.

Nos anos que precederam o período militar (1956-1961), Juscelino Kubitschek ocupava a presidência do Brasil. Durante seu governo o país recebeu elevadas taxas de investimentos públicos e privados, pois o presidente buscava estimular ainda mais o desenvolvimento econômico e a industrialização do país. Assim, houve uma intensa tomada de empréstimos do governo para financiar o desenvolvimento com o objetivo de desenvolver o país em “50 anos em 5”. Neste contexto, a política de substituição de importações não se revelava tão rigorosa, mas continuou sendo fundamental para a estratégia de desenvolvimento econômico e industrial do Brasil, visto que ele buscava promover o desenvolvimento da indústria nacional.

Jânio Quadros assumiu a presidência em 1960 e renunciou ao cargo em 1961 ficando apenas 6 meses como presidente. O principal foco do governo era controlar a inflação que havia aumentado devido às medidas adotadas durante a administração de Kubitschek. Conforme explica Abreu (1990), o governo de Jânio precisava “combater a aceleração inflacionária, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos” (ABREU, 1990, p. 198).

Assim, o governo tomou algumas medidas como simplificou o sistema de câmbios múltiplos e alterou os subsídios inflacionários que eram aplicados em bens essenciais. Além disso, foi adotado uma restrição ao crédito, congelamento dos salários, e adotou medidas para melhorar a eficiência das operações governamentais (BAER, 1995). Essas medidas trouxeram bons resultados, pois em 1961 a inflação não estava crescendo conforme vinha.

Após a renúncia de Jânio, João Goulart assume a presidência em 1961. O governo foi marcado por uma forte polarização política e crises econômicas. Goulart propôs as Reformas de Base, que incluíam mudanças agrárias, tributárias, educacionais e urbanas, visando reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento econômico.

Em 1962 é elaborado o plano trienal, tendo a participação de Celso Furtado. O objetivo do plano era "exercer uma enérgica fiscalização sobre a inflação e lidar sistematicamente com os principais desequilíbrios da economia" (BAER, 1995, p.92), porém, devido ao cenário que o país estava passando o plano fracassou e em 1964, o aumento inflacionário chegou a índices anuais superiores a 100% (BAER, 1995).

Durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, a PSI foi mantida com o objetivo de fortalecer a industrialização e reduzir a dependência de importações. Jânio Quadros seguiu com a PSI, mas adotou medidas de austeridade que impactaram a indústria tais como aumento de impostos, controle de crédito, desvalorização cambial. João Goulart buscou expandir a PSI dentro do Plano Trienal, mas acabou enfrentando desafios como a inflação e crises políticas. A continuidade da PSI foi dificultada pelas turbulências econômicas e políticas que necessitavam que fossem tomadas outras medidas econômicas, o que acabou culminando no golpe militar de 1964.

O Período Militar no Brasil ocorreu entre abril de 1964 e março de 1985 e foi dividido em cinco governos: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

Segundo Cysne (1993) durante o período de 1964 até 1991 estima-se que o Brasil cresceu cerca de 5,25% ao ano, atingindo o ápice entre 1968-1973 em uma fase amplamente reconhecida como "Milagre Econômico". O crescimento médio da economia brasileira ficou em torno de 6,15% a.a entre 1964-1985 ficando acima da média mundial 3,66% (CYSNE,

1993). Entretanto, esse crescimento está intrinsecamente vinculado a diversas problemáticas de natureza social e política que acabaram impactando a economia brasileira nas décadas seguintes.

- **Milagre Econômico Brasileiro**

O Milagre Econômico ocorreu entre os anos de 1968 e 1973 e teve início devido ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado durante o governo de Castelo Branco. O plano foi um conjunto de medidas adotadas entre 1964 e 1967 e tinha como objetivo incentivar as exportações, abertura do capital externo, industrialização, reformas na área fiscal, tributária e financeira.

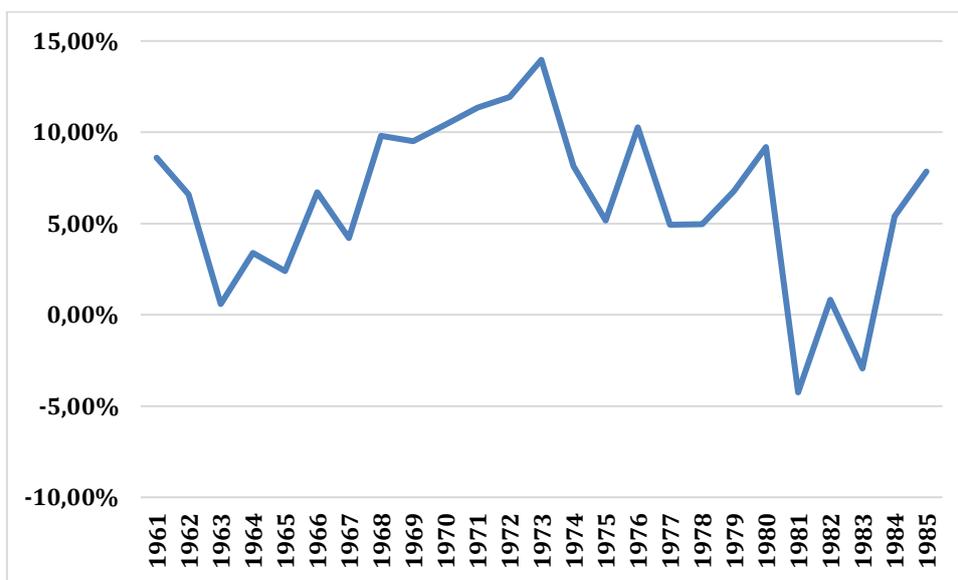
Cysne (1993) destaca a dificuldade em que era manter a política de substituição de importações, pois, à medida que as oportunidades no setor de bens de consumo final se esgotavam e a substituição de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital importados começava com o PAEG e marcavam o início de uma nova etapa na política de comércio exterior do Brasil, onde havia estímulo às exportações, que antes não havia, e eram dificultadas para manter a política de PSI. Como medida a taxa de câmbio era sobrevalorizada.

Deste modo, para incentivar as exportações houve a extinção da sobrevalorização cambial e outras medidas como a introdução de outros incentivos de carácter fiscal, creditício e administrativo (CYSNE, 1993). O PAEG obteve sucesso em controlar a inflação e estabilizar a economia brasileira, criando as bases para o crescimento econômico nas décadas seguintes, conforme explica Cysne (1993):

Macroeconomicamente, o sucesso do PAEG pode ser bem mensurado pela redução da taxa anual de inflação de 91,9% em 1964 para 38,2% em 1966 e, o que é mais importante, por possibilitar que este ritmo de redução se mantivesse presente nos anos futuros, obtendo-se uma média anual de 23,5% entre 1967 e 1969 e de 17,5% entre 1970 e 1973. (Cysne, 1993, p.5)

Conforme o gráfico abaixo, é possível perceber que durante o período classificado como milagre econômico o país obteve bons resultados do PIB, que chegou a ter um crescimento de quase 15% a.a entre 1972-73.

Gráfico 2: Variação percentual do PIB brasileiro (1961-1985)



Fonte: Banco Mundial – Adaptado pelo autor

Em 1972 o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) foi lançado durante o governo de Emílio Médici ainda durante o Milagre Econômico Brasileiro. O principal objetivo estava na expansão da infraestrutura e no crescimento econômico através de grandes investimentos públicos. Para poder financiar o crescimento, este foi um período em que o país obteve elevados empréstimos internacionais que acabaram elevando a dívida externa e a inflação.

O fim do milagre foi em meados de 1973, ano em que o mundo viveu o primeiro choque do petróleo. No período de um ano o preço do barril chegou a quadruplicar e para poder lidar com essa crise os Estados Unidos precisou elevar os juros do mercado internacional na década de 70 e reduziram a quantidade de dinheiro que forneciam para investimentos em países que estavam em desenvolvimento, como no caso do Brasil.

O Brasil parou de receber empréstimos e começou a pagar juros altos da dívida externa. Para poder lidar com essa crise, a política econômica beneficiou as exportações impôs pesados encargos nas importações. Tal estratégia resultou na desvalorização das indústrias nacionais, enfraquecendo a PSI.

Em 1975 durante a Gestão de Ernesto Geisel é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que foi um programa de investimentos em que seu principal objetivo era substituição das importações de produtos industriais básicos e a rápida expansão da

infraestrutura econômica (BAER, 1996). O plano foi lançado após a primeira crise do petróleo com o intuito de amenizar os impactos provocados pela crise econômica.

Buscava-se, dessa forma, manter uma taxa de crescimento econômico razoável, assegurar níveis adequados de emprego e sustentar o consumo interno e transformar a estrutura econômica por meio da substituição de importações e da diversificação, além de expandir as exportações. Baer (1996), ressalta que as ideias básicas que formavam o PND II buscavam “aumentar a autossuficiência do país em setores como o de energia e desenvolver novos tipos de vantagens comparativas” (Baer, 1996, p. 110), sendo esses setores importantes para esta fase da PSI.

3.2 Políticas econômicas adotadas pela Coreia do Sul

Assim como no Brasil, entre 1961-1987 a Coreia do Sul estava passando por um período de Regime Militar. Neste período, estiveram no governo liderando a Coreia do Sul: Park Chung-hee (1961-1979), Choi Kyu-hah (1979-1980) e Chun Doo-hwan (1980-1988).

Entre 1950 e 1953 a Coreia do Sul enfrentou uma guerra com a Coreia do Norte que resultou na devastação do país, principalmente em termos econômicos, sendo consequência da divisão imposta por Estados Unidos e União Soviética na península após a Segunda Guerra. Devido as condições precárias em que o país ficou após a guerra, a Coreia do Sul conseguiu se reestruturar somente por meio de uma assistência da ONU dos Estados Unidos (MASIERO, 2014).

Antes da fase de desenvolvimento, as exportações da Coreia do Sul eram voltadas para bens primários, como o milho, refletindo sua natureza predominantemente agrária. Além disso, a situação social do país era preocupante com aproximadamente 40% da população vivendo em condições de pobreza absoluta (MASIERO, 2014).

A partir de 1960, ao longo de cerca de três décadas, a Coreia do Sul buscou alterar sua realidade, buscando desenvolver-se e reorientar suas políticas, transitando de um cenário de pobreza agrária para se tornar uma das principais potências industriais do mundo que vigora até os dias atuais.

A política implementada para a reestruturação da economia foi um modelo de substituição de importações que durou até meados da década de 60. Porém, a partir de 1960 o país optou por uma outra estratégia econômica voltada para as exportações, mas em alguns

setores ainda continuou com a política de substituição de importações, na década de 70 com surgimento do setor químico e de indústrias pesadas.

- **Os Planos Quinquenais**

O desenvolvimento econômico da Coreia do Sul foi ocorrendo ao longo da implementação de planos quinquenais, sendo o primeiro lançado em 1962 que tinham por objetivo desenvolver a indústria do país tendo uma forte presença do Estado. Inicialmente o plano tinha como foco o desenvolvimento voltado para a exportação, de indústrias leves em mão de obra (1960) e indústrias pesadas e químicas (WOO, 2015). Para poder financiar este investimento, o país necessitava captar recursos, e para isso, adotou uma série de medidas:

“1º - Fortaleceu a Lei de Promoção de Capital Estrangeiro em 1962 para incentivar o investimento direto estrangeiro e promover o endividamento do setor privado no exterior, com o apoio de garantias governamentais. Também iniciou negociações com o governo japonês em 1962 para uma reaproximação e reparação. O governo antecipou que as economias domésticas seriam insuficientes para financiar os ambiciosos programas de investimento dos Planos e fez esforços intensos para mobilizar economias estrangeiras (doações, empréstimos, investimento direto estrangeiro etc.).

2º - O governo promoveu uma reforma tributária drástica em 1965 para aumentar as receitas e erradicar a corrupção.

3º - No mesmo ano, o governo também buscou reformas nas taxas de juros, elevando a taxa de juros da conta de poupança de um ano de 15% para 30%, para incentivar as economias domésticas.” (Lee Kye Woo, 2015 p. 16).

Essas medidas obtiveram sucesso. Durante a década de 60 a Coreia teve um bom desempenho econômico. Segundo Masiero (2014) por meio dessas medidas o país estabelecer um processo sólido de industrialização, em contrapartida aumentou a dependência do comércio exterior que passou de 22,6% em 1962 para 39% em 1970.

Em 1967 é lançado o segundo plano cujo objetivo estava no desenvolvimento de indústrias pesadas e químicas, criação de zonas industriais, modernização dos transportes. Em

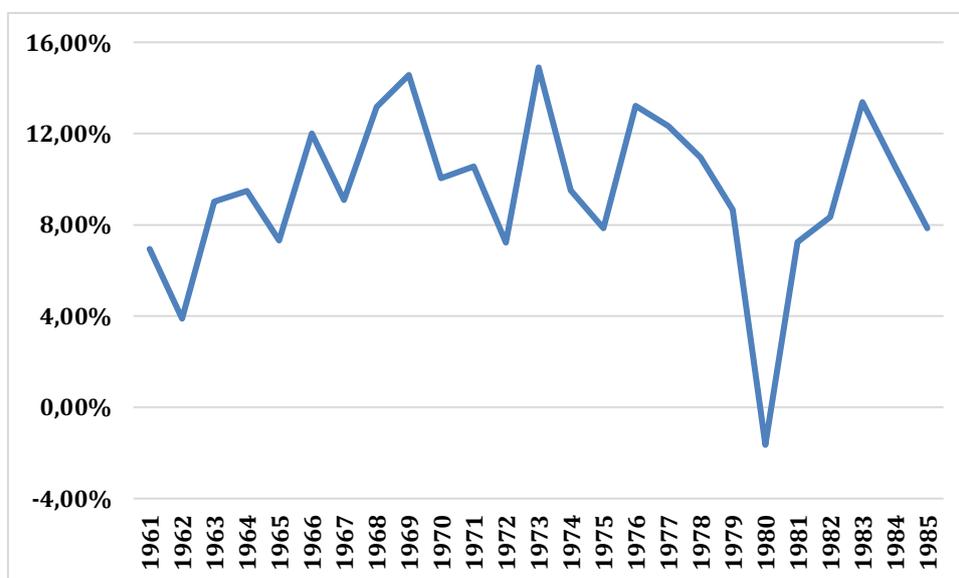
1970 o cenário da economia mundial estava passando por crises o que acabou afetando a Coreia do Sul, visto que o seu objetivo era a exportação de bens. Segundo Masiero (2014):

“O Mecanismo Bretton Woods, que havia sustentado o sistema financeiro Internacional até 1971, entrou em colapso e a taxa de câmbio flutuante afetou negativamente as contas externas da Coreia. A falta de commodities no mercado global entre 1972 e 1973, aliado ao choque do petróleo entre 1973 e 1974, piorou o problema”. (Masiero, 2014, p. 56).

Assim, devido ao cenário internacional a Coreia do Sul decidiu mudar sua estratégia de crescimento via exportações que antes era concentrada na indústria leve, cerca de 69,6%, enquanto apenas 12,8% eram de indústrias pesadas (MASIERO 2014).

O terceiro plano é lançado em 1972, e é nele que há a expansão das indústrias pesadas e químicas. Houve também a criação grandes projetos de infraestrutura, promoção de pesquisa e desenvolvimento. Com essa expansão, os investimentos começaram a surgir e durante os anos de 1970, sendo uns dos períodos em que a economia coreana mais cresceu durante o regime militar, atingindo o ápice entre 1973, conforme o gráfico abaixo, impulsionada pelo aumento das exportações e pelo desenvolvimento das indústrias pesadas.

Gráfico 3: Variação percentual do PIB coreano (1961-1985)



Fonte: Banco mundial – Adaptado pelo autor

O quarto plano é lançado em 1977 focado na automação industrial, desenvolvimento tecnológico, investimento em educação e saúde. Masiero (2014) ressalta que apesar do bom desempenho da economia coreana, esse desenvolvimento acelerado da indústria pesada trouxe alguns malefícios para a economia, que prejudicava essa fase, como investimento excessivo e inflação.

Em 1982 é lançado o quinto plano, com foco em transformar a economia em um modelo mais orientado para o mercado e para isso foram adotadas medidas como a reestruturação das indústrias para aumentar a competitividade internacional, liberalização econômica e promoção de um ambiente favorável ao investimento privado. O plano também buscou incentivar a inovação tecnológica e reduzir a dependência do governo no desenvolvimento econômico, no qual é possível perceber que foi bastante presente nos outros planos.

Algo importante ocorrido nesse plano foi a liberalização das importações e dos fluxos de investimentos, marcando um avanço significativo na abertura da economia. Em 1980, a taxa de liberalização das importações era de 69,4%, e em 1990 subiu para 96,3% (MASIERO, 2014), abrangendo principalmente produtos industriais. Em 1989, bens primários também foram incluídos nesse processo de liberalização.

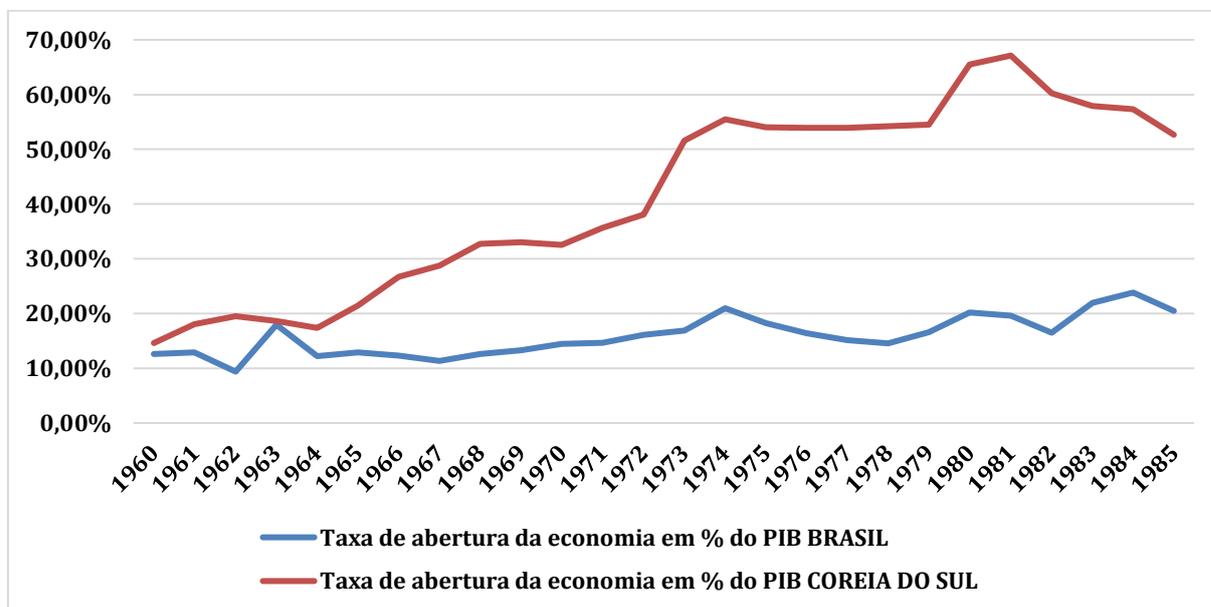
3.3 Taxa de Abertura da economia Coreana e Brasileira

A economia brasileira atingiu bons resultados com relação ao crescimento econômico utilizando-se de políticas de incentivo à produção doméstica e diversificação das exportações, apesar do cenário de dívida externa e inflação que o país enfrentou. Para que essas políticas internas obtivessem êxito, não foram implementadas inicialmente medidas que implicavam na plena abertura da economia, para preservar a economia local. Porém, com o passar dos anos, tornou-se necessária a liberalização, que foi feita de maneira gradual causando a inviabilidade da política de substituição de importações (PSI).

A economia coreana optava por abrir-se ao comércio internacional por volta de 1960, buscando a industrialização e desenvolvimento do país. De acordo com Kim (1997) a economia coreana cresceu sem nenhuma interrupção desde 1950. Isso pode ser observado na representação gráfica abaixo que ilustra as flutuações da taxa de abertura da economia brasileira

e coreana. No decorrer dos anos, enquanto tal indicador aumentava na economia coreana, no caso do Brasil, não houve muita alteração durante o período analisado.

Gráfico 4: Comparação da Abertura Econômica em % do PIB²: Brasil x Coreia do Sul (1960-1985)



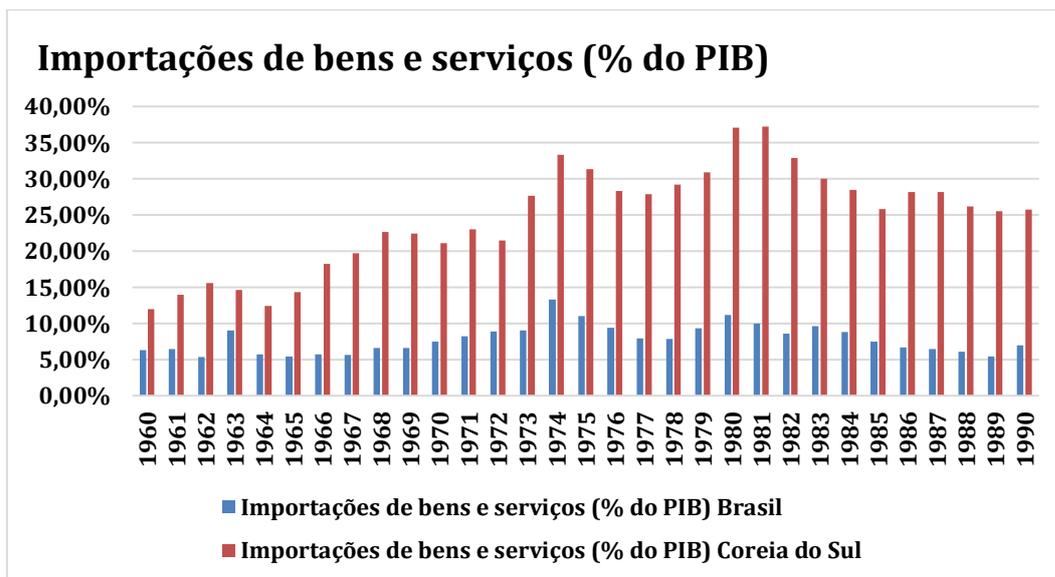
Fonte: Banco Mundial – Adaptado pelo autor

3.4 Taxa de Importação e Exportação da economia Coreana e Brasileira

Quando comparamos as taxas de importações de bens e serviços, é evidente que, durante o período militar, o Brasil apresentava um percentual de importações menor do que a Coreia do Sul. Isso se deve ao fato de que o Brasil adotava a política de substituição de importações, enquanto a Coreia do Sul já demonstrava uma abordagem mais liberal nesse aspecto.

² Para calcular a taxa de abertura da economia foi utilizada a seguinte fórmula: $\text{Exportação} + \text{Importação} / \text{PIB}$

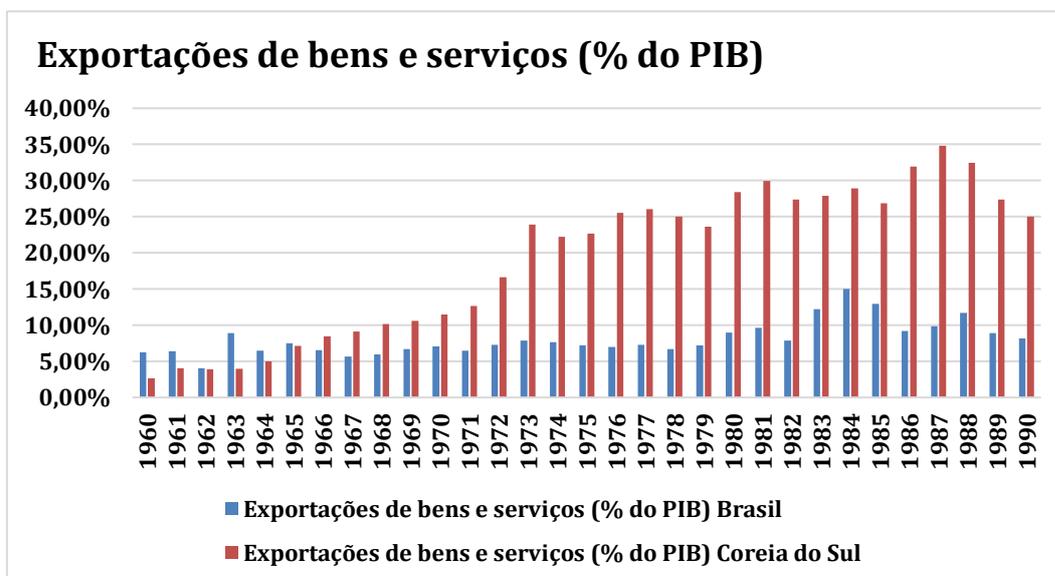
Gráfico 5: Importações de Bens e Serviços Brasil x Coreia do Sul (1960-1990)



Fonte: Banco Mundial – Adaptado pelo autor

Com relação às exportações de bens e serviços, a taxa na Coreia do Sul era significativamente maior do que no Brasil principalmente a partir da década de 1970. Esse resultado reflete a política de desenvolvimento coreana, que estava direcionada para a diversificação das exportações.

Gráfico 6: Exportações de Bens e Serviços Brasil x Coreia do Sul (1960-1990)

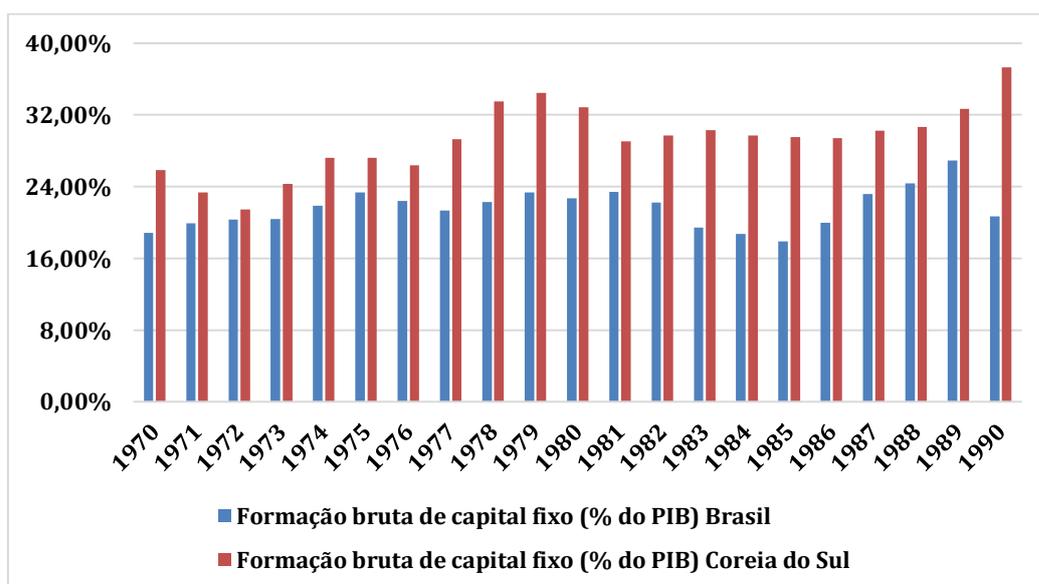


Fonte: Banco Mundial – Adaptado pelo autor

3.5 Análise da Formação Bruta de Capital Fixo na economia Coreana e Brasileira

Ao examinar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), que corresponde ao montante total investido em bens de capital refletindo o nível de investimento de uma economia e, conseqüentemente, seu potencial de crescimento a longo prazo. Ao analisar o gráfico abaixo, percebe-se que a Coreia do Sul atraiu mais investimentos do que a economia brasileira entre 1970 e 1990.

Gráfico 7: Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo Brasil x Coreia do Sul (1970-1990)



Fonte: Banco Mundial – Adaptado pelo autor

Durante o "Milagre Econômico" entre 1968 e 1973, houve investimentos voltados para a infraestrutura e indústria o que resultou em um aumento na FBKF. No entanto, o crescimento do Brasil não foi sustentável a longo prazo. A economia brasileira enfrentou crises, inflação elevada e uma crescente dívida externa, que limitaram que continuasse o a expansão dos investimentos. A instabilidade econômica e os problemas de gestão durante e após o "Milagre Econômico" dificultaram o desenvolvimento contínuo de uma base industrial sólida.

Por outro lado, a Coreia do Sul passou por um processo de transformação econômica mais bem-sucedido no mesmo período. O desenvolvimento econômico sul-coreano foi impulsionado por políticas governamentais que incentivaram fortemente o investimento em infraestrutura, educação e tecnologia. O governo promoveu um ambiente favorável ao crescimento das exportações e à industrialização, o que resultou em uma FBKF crescente e

sustentada. A Coreia do Sul priorizou o investimento de longo prazo, criando uma base industrial diversificada e tecnologicamente avançada, que serviu como alicerce para o seu crescimento contínuo.

Capítulo 4

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE INVESTIMENTO E POUPANÇA: BRASIL E COREIA DO SUL (1960-1985)

Dentro da perspectiva de abordar os indicadores relevantes que mostrem de forma analítica a situação econômica, não se pode deixar de tratar de poupança e investimento. Como está sendo analisado um período em que ambos os países cresceram economicamente, a análise destes indicadores será realizada neste capítulo.

4.1 Taxas de Poupança (1960-1985)

4.1.1 Brasil

Entre 1960-1970 o Brasil enfrentava limitações na geração de poupança interna que não eram suficientes para financiar o desenvolvimento econômico levando o governo a recorrer a recursos externos. A partir do ano de 1967 o país adquiriu poupanças externas com o objetivo de ajudar no processo desenvolvimentista. Entre as principais fontes de poupança externa estavam os empréstimos internacionais, os investimentos estrangeiros diretos (IED) e os investimentos em portfólio, que de acordo com Cysne (1993):

O aumento da poupança interna bruta de 18,7% a 19,9% do PIB do período 1970-72 ao período 1973-78 sugere que, ainda após a quadruplicação dos preços internacionais do petróleo em 1973, o país tenha se endividado para investir. Entre 1979 e 1983, contudo, a contínua redução desta taxa a, respectivamente, 18,03%, 17,55%, 16,7%, 14,05% e, finalmente, 11,39% em 1983, corrobora uma avaliação em sentido contrário. (Cysne, 1993, p. 32).

Esse influxo de capital externo foi em grande parte utilizado para financiar grandes projetos de infraestrutura e industrialização, que eram parte da estratégia de desenvolvimento econômico, especialmente sob o Plano de Metas de Kubitschek e, posteriormente, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Durante a década de 1980, o Brasil continuou a adquirir poupança externa, mas passou a enfrentar dificuldades devido à crise da dívida externa. Devido aos altos níveis de endividamento e restrições ao crédito internacional, o país teve que renegociar suas dívidas em condições desfavoráveis. As políticas de ajuste e austeridade impuseram limitações ao crescimento econômico, resultando na chamada "década perdida" marcada por hiperinflação, baixo crescimento e aumento significativo da dívida externa em relação ao PIB.

Entre 1982 e 1984, o Brasil conseguiu alcançar superávits na balança comercial, o que significa que o valor das exportações superou o das importações. Segundo Cysne (1993, p.33) “entre 1982 e 1984 o Brasil passou de uma situação deficitária de US\$ 16,3 milhões há uma situação de superávit em transações correntes”. No entanto, esses superávits comerciais foram em grande parte resultado de medidas severas e de uma forte desvalorização cambial, que reduziram as importações e incentivaram as exportações.

4.1.2 Coreia do Sul

Durante a década de 1960-70, a Coreia do Sul obteve poupança externa principalmente através de empréstimos internacionais e investimentos estrangeiros diretos (IED). O país estava em processo de industrialização rápida e modernização econômica, impulsionado pelo governo de Park Chung-hee. Tais recursos externos foram essenciais para financiar a construção de

infraestrutura, a expansão da indústria e a promoção de exportações. O governo sul-coreano adotou uma estratégia de desenvolvimento baseada em exportações e recebeu ajuda externa, incluindo suporte financeiro dos Estados Unidos e investimentos de empresas estrangeiras.

O cenário durante a década de 80 não mudou muito. O país continuou atraindo poupança externa, porém passou a depender mais de seus próprios recursos internos como poupança doméstica investimento privado, visto que já tinha se transformado em uma economia emergente com setor industrial competitivo.

4.2 Taxas de Investimento (1960-1985)

4.2.1 Brasil

Um ponto fundamental que segue é o de que o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações foi sustentado pelas empresas multinacionais que se instalaram no país para produzir bens industriais. Ainda assim, a partir do início dos anos 1960, o modelo começou a perder impulso (LIMA, 2011). O golpe militar de 1964 e o regime instalado procuraram alternativas para o modelo de substituição de importações, que resultara em três décadas de crescimento econômico elevado desde a década de 1930.

Em 1963 o país iria enfrentar a sua pior crise econômica de sua fase industrial, que, do ponto de vista econômico pode ser explicada pelas sucessivas políticas recessivas que eram tomadas para combater a inflação. Como consequência, registrou-se uma redução significativa nos investimentos e uma diminuição acentuada na taxa de crescimento da renda brasileira e uma aceleração da inflação (GREMAUD et al, 2007).

Depois de 1964, o regime militar fez várias reformas. Uma foi estabelecer políticas que forneciam um maior número de vantagens e garantias econômicas e políticas às multinacionais. Outra foi abrir uma política de crédito preferencial e bondades para o capital estrangeiro, e exportação de manufaturados incentivo ao capital (LIMA, 2011).

Tendo esse cenário, ainda em 1964, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Um dos objetivos desse programa era a reforma da política externa. Conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2007):

A reforma do setor externo tinha por objetivo estimular o desenvolvimento econômico, evitando as pressões sobre o Balanço de Pagamentos. Destacam-se duas linhas de atuação nesse sentido: melhorar o comércio externo brasileiro e atrair o capital estrangeiro: i - em relação ao comércio externo, buscou-se, por um lado, estimular e diversificar as exportações mediante uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais – IPI, ICM, IR, crédito-prêmio do IPI, etc.) e da modernização e dinamização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (Cacex e CPA). Quanto às importações, a ideia era eliminar os limites quantitativos e utilizar apenas a política tarifária como forma de controle. A principal medida adotada na área do comércio externo foi a simplificação e unificação do sistema cambial [...]; ii - quanto à atração do capital estrangeiro, [...] As ligações com o sistema financeiro internacional foram feitas por dois mecanismos: a Lei nº 4.131, que dava acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução nº 63, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno. Esta última significava a colagem do sistema financeiro nacional ao internacional e o início do processo de internacionalização financeira do Brasil. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2007, p. 400-401).

Algo que é característico do período militar é o estímulo ao capital estrangeiro. Segundo Masiero (2014), houve uma presença marcante de capital estrangeiro dos Estados Unidos e da Europa sendo essencial na criação de uma estrutura industrial complexa, porém, sem muitos avanços.

A PSI ainda era implementada no Brasil, porém, o governo buscava estimular o investimento principalmente em setores estratégicos, como infraestrutura, indústria de base e tecnologia. Investimentos foram direcionados para esses setores, muitas vezes por meio de empresas estatais ou parcerias público-privadas.

Durante a ditadura, a relação entre o estímulo ao capital estrangeiro e da PSI foi de interação e ajuste. Inicialmente, a PSI era utilizada para a industrialização interna, porém, com

o passar dos anos e principalmente com a crise e a necessidade de modernização, houve um maior estímulo ao capital estrangeiro para atrair investimentos e tecnologia.

Assim, durante o período do “milagre econômico” houve uma grande entrada de capital estrangeiro no país, que eram direcionados para financiamento projetos de infraestrutura e desenvolvimento industrial. Portanto, para financiar o desenvolvimento econômico do Brasil, o governo contraiu grandes empréstimos internacionais, e assim, esse alto volume de investimento também trouxe um aumento significativo do endividamento externo.

De acordo com Lima (2011) a partir da década de 70, as mudanças do capitalismo mundial inviabilizaram o modelo de substituição de importações, introduzindo estratégias de desenvolvimento que não enfatizavam o mercado interno. Na década de 1970, o financiamento da industrialização passa a fazer-se, em proporção crescente, com créditos externos, essencialmente privados, provenientes do sistema bancário internacional, a serem pagos com divisas concertadas graças a superávits da exportação.

4.2.2 Coreia do Sul

No começo do processo de industrialização da Coreia do Sul em meados de 1960, o país não conseguia captar investimentos externos. Para que fosse possível financiar e captar os recursos necessários, “nos anos 1960 o país adotou o sistema de desenvolvimento econômico baseado no fomento a indústria de exportação com base em empréstimo externo” (MASIERO, 2014, p.161). Além de incentivar a indústria de exportação com o objetivo de captar recursos, segundo Masiero (2014) outra medida que foi importante foi a política de controle cambial, na qual o governo era bastante rígido, pois queriam evitar a fuga de capitais. Assim, foram desenvolvidas políticas para atrair investimentos externos, que segundo Masiero (2014) podem ser dívidas nas seguintes fases:

- Introdução (1968-1979)

Este período ficou caracterizado por dar início ao plano de desenvolvimento econômico tendo como base os empréstimos estrangeiros. Esta foi uma fase que teve a presença de grandes empresas, sendo conhecidas como *chaebols*, que é um grande grupo industrial na Coreia do Sul que é gerido e controlado por uma família, onde há um grande incentivo para aquelas que atuavam no ramo de bens exportáveis. Durante a década de 80 a participação dessas grandes

empresas aumentou apesar das políticas de regulação e assim alguns desses grandes conglomerados também começaram a atuar em indústria de alta tecnologia.

- Manutenção do sistema (1980-1985)

Em 1979 o mundo presenciava o 2º choque do petróleo. Apesar do impacto causado pela crise, o governo coreano continuou a incentivar o investimento no exterior para que pudesse garantir o fornecimento de recursos naturais e acesso ao mercado externo assim procurou por meios administrativos tornar mais fácil o acesso para o investimento estrangeiro direto (Masiero, 2014).

Após essa fase, a partir de 1986 a Coreia do Sul começa a expandir o comércio e investimentos internacionais em escala mundial (MASIERO, 2014). Conforme mencionado anteriormente, as empresas tinham bastante influência sobre a economia coreana, e a Coreia estava em um ambiente favorável, assim os empresários e o governo chegaram em um consenso de que para fomentar o investimento estrangeiro direto seriam necessários incentivos.

De acordo com Woo (2015, p. 17) “durante todas as décadas de desenvolvimento (1962-1992), os subsídios públicos (US\$ 1,5 bilhão) representaram apenas 1,8% do total de influxos de capital”. Ou seja, o crescimento e a industrialização da Coreia foram alcançados por meio de empréstimos de desenvolvimento público, em contraste com subsídios públicos.

No entanto, esses empréstimos não se mostraram especialmente eficazes na estimulação do crescimento econômico. Em vez disso, eles representaram a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento, enquanto poucos subsídios estavam disponíveis durante as décadas de progresso econômico (WOO, 2015).

4.4 Investimentos em educação

4.4.1 Coreia do Sul: Investimento em educação como prioridade

Outro fator importante para o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul a partir da década de 1950 foi o investimento em educação. O país passou a enxergar a educação como a base fundamental para o progresso implementando políticas educativas que priorizavam a

formação de capital humano qualificado, essencial para sustentar o rápido crescimento econômico e a modernização.

O governo investiu em educação básica, expandindo o acesso ao ensino primário e secundário, e depois no ensino superior. A educação era vista como um meio para promover o desenvolvimento econômico e social, e isso se refletiu no aumento dos gastos públicos em educação. Segundo Kim (1997), o percentual gasto pela Coreia do Sul em educação com relação ao orçamento total passou de 2,5% em 1951 para 17% em 1966 e 23% em 1995, além da parte que era financiada pelo setor privado.

Desse modo, o fato de a Coreia do Sul ser hoje um país desenvolvido, com alta tecnologia e um bom desempenho industrial, deve-se em parte à ênfase que o país colocou na educação. Esse foco constante na formação de uma força de trabalho qualificada foi fundamental para impulsionar a inovação e a competitividade da Coreia do Sul.

4.4.2 Brasil: Limitações no Investimento em Educação

Quando olhamos para o caso do Brasil, até mesmo nos dias atuais, apesar de ter uma consciência de que a educação é importante, não são destinados os recursos para essa área. A situação durante o período analisado não é diferente.

Quando o regime militar foi implementado no Brasil em 1964 houve uma ênfase nos investimentos destinados a ensino técnico em secundário com o objetivo de atender às demandas do mercado de trabalho. Porém, esses investimentos eram limitados, principalmente financeiramente, e as desigualdades regionais com relação ao acesso à educação ainda eram precárias. Durante o período do milagre, o foco permaneceu na educação técnica e superior, dando pouca atenção à educação básica.

No início dos anos 1980, a crise econômica e a recessão reduziram ainda mais os investimentos em educação. Apesar da demanda crescente por reformas educacionais e maior financiamento, o período foi caracterizado por investimentos insuficientes, afetando a qualidade e o acesso à educação.

Capítulo 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia analisou as políticas econômicas adotadas pelo Brasil e pela Coreia do Sul entre os anos de 1960 e 1985. Quando olhamos para o período analisado, o Brasil e a Coreia do Sul o cenário econômico era parecido. Após as análises feitas ao longo deste estudo, verificou-se que a estratégia de abertura da economia e diversificação das exportações adotada pela Coreia do Sul na década de 60 fizeram com que hoje o país se tornasse uma potência mundial e altamente tecnológico.

O crescimento econômico durante a ditadura que o Brasil obteve foi importante para a economia, trouxe resultados positivos conforme foi mencionado ao longo do estudo, mas também trouxeram pontos negativos, como a inflação que só foi aumentando com o tempo. O fato é que a política adotada pelo Brasil não teve o caráter desenvolvimentista de longo prazo. A PSI foi importante para o desenvolvimento do Brasil desde sua implementação em meados da década de 30, porém, como passar dos anos foi ficando defasada, e já durante a ditadura não estava mais sendo eficiente conforme era esperado, fazendo com que fossem adotadas outras políticas, como incentivo à exportação, mas não da mesma forma que era feito na Coreia do sul.

O fato de que a Coreia do Sul ter implementado na década de 60 que uma política de abertura econômica que trouxe melhores resultados para a economia fez com que ela

continuamente aprimorasse o processo. Já o Brasil continuou preso a políticas voltadas para o mercado interno, no caso, com a política de substituição de importações. Porém, durante a ditadura e nos governos anteriores, já havia incentivo ao capital estrangeiro, não da mesma forma que na Coreia do Sul, que foram importantes para a abertura da economia brasileira que só vai acontecer de fato em 1990 durante o governo de Fernando Collor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. P. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964, in Abreu, M. P. (org) **A Ordem do Progresso**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. (p. 179-196)
- BAER, W. Dos ajustes aos choques externos à crise provocada pela dívida: 1973-85, in: Baer, W. **A Economia brasileira**. São Paulo. Ed. Nobel, 1996 (p. 108-135).
- BAER, W. Estagnação e Boom: o Brasil nas décadas de 1960-70, in: Baer, W. **A Economia brasileira**. São Paulo. Ed. Nobel, 1996 (p. 91-105).
- CHANG, R.; Kaltani, L.; LOAYZA, N. **Openness can be good for growth: the role of policy complementarities**. **Journal of Development Economics**, v. 90, 2009. (p. 33–49)
- FALEIROS, J.; ALVES, D. **Grau de especialização no comércio internacional condiciona o impacto da abertura comercial sobre a renda?**. ANPEC, 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i6-8d7204d5e566b0e10b6b0309adccaab5.pdf. Acesso em: 14/07/2023.

- FAUSTO, B. O regime militar (1964-1985), in: Fausto, B. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Edusp, 2006. (p. 463-514)
- FRIEDRICH, L. **O sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, Coleção “Os economistas”, 1996.
- GREMAUD, P. et al. Da Crise ao Milagre (1960-1973). In: Gremaud, P, et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 15, (p. 388-412).
- HAMILTON, A. **Relatório sobre manufaturas**. Solidariedade Ibero-americana, v.1, 1995.
- KIM, Won-ho. (Ed.) **Korea and Brazil: A partnership for the new millennium**. Korean Institute for International Economic Policy. Monograph 00-04, 2000.
- LACERDA, A et al. **Economia brasileira**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LIMA, S. Da substituição de importações ao Brasil potência: Concepções do desenvolvimento 1964-1979. **Aurora**, ano V número 7, (p. 34-44), janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4castrolima34a44.pdf>. Acesso em: 17/06/2024.
- MASIERO, G. **Coreia do Sul: Políticas Industriais, Comerciais e de Investimentos**. 22ª ed. Curitiba: Juruá, 2014.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, Coleção “Os economistas”, 1996.
- RODRICK, D. **One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth**. Princeton University Press, 2007.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, Coleção “Os economistas”, v.1, 1996.
- SOLOW, R. M. **A contribution to the theory of economic growth**. Quarterly Journal of Economics, v. 70, n. 1, 1956. (p. 65-94).
- WEIL, David N. **Economic growth**. Third edition. Pearson, 2013.

- WOO, L. The role of aid in Korea's development, in: Woo, L. Korea's economy. **The Korea Economic Institute of America** v.30, (p. 7 – 26), 2015. Disponível em: https://keia.org/wp-content/uploads/2020/05/kei_koreaseconomy_2014_2-23-16_final.pdf. Acesso em: 23/06/2024.